



Conselho Municipal de Meio Ambiente de Iconha/ES

1 **ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL**
2 **DE MEIO AMBIENTE DE ICONHA (COMMA), AOS TREZE DIAS DO**
3 **MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE CINCO, ÀS QUATORZE**
4 **HORAS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SEMMA)**
5 **DE ICONHA/ES**, Estando presentes os membros: Tarciso Jesus Marin
6 (Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE), Livia Alves Longue Roveta
7 (Secretaria Municipal de Agricultura), Carlos Antônio de Melo (Instituto
8 Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER),
9 Chirlene Guio Pereira (Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis
10 de Iconha – AMARI), Marcelo Zucatei Cunha (Associação de Moradores
11 de Bom Destino), Robson France Oza (Associação Comercial e Industrial
12 de Iconha – ACINIC), Miquéias de Oliveira Brizon (Igreja Presbiteriana de
13 Iconha), além de visitantes, conforme registrado pelas assinaturas na lista
14 de presença anexa. **1 – Abertura e verificação de quórum.** O Presidente
15 do Conselho, Sr. Davi Adami Monteiro de Castro, deu as boas-vindas a
16 todos, agradeceu pela presença e procedeu à verificação do quórum
17 necessário para a realização da reunião, constatando sua regularidade. Na
18 sequência, propôs a inversão da ordem da pauta, sugerindo que os
19 assuntos gerais fossem tratados inicialmente, considerando que os
20 projetos elaborados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE
21 estavam concluídos e são de grande relevância para o conhecimento e
22 análise do Conselho Municipal de Meio Ambiente. A proposta foi aprovada
23 por unanimidade pelos presentes. **2 – Assuntos Gerais.** O Sr. Tarciso
24 Jesus Marin, conselheiro e presidente do Serviço Autônomo de Água e
25 Esgoto (SAAE), iniciou sua fala agradecendo pela abertura da reunião e
26 ressaltou que o projeto atualmente em andamento pode representar a
27 realização de um antigo sonho do município: a retirada do esgoto da
28 cidade de Iconha. Relatou que, ao assumir a presidência do SAAE, havia
29 grande expectativa em torno da elaboração de um projeto para captação
30 de água da localidade de Pedra Lisa Alta. No entanto, destacou que,
31 atualmente, há outra proposta em estudo para o abastecimento municipal.
32 Ainda assim, frisou que, por ora, não há necessidade de priorizar novos
33 projetos de captação, considerando que a vazão atual é considerada
34 excelente. Mesmo durante o período de maior estiagem, o abastecimento
35 permaneceu estável, permitindo inclusive que o município de Iconha
36 auxiliasse cidades vizinhas, como Piúma e Anchieta, com o fornecimento
37 de água. Em contrapartida, destacou que a retirada do esgoto da cidade
38 sempre foi uma pauta prioritária. Apresentou aos conselheiros a
39 localização das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) existentes,
40 explicando que, mesmo todas estando em funcionamento, foi identificada a
41 necessidade de avançar com um novo projeto de saneamento. Esse
42 projeto terá início na comunidade de Duas Barras e se estenderá até
43 Iconha, com o objetivo de eliminar totalmente o lançamento de esgoto no
44 Rio Iconha. Para melhor compreensão, o Sr. Tarciso Jesus Marin
45 apresentou aos conselheiros plantas impressas contendo os detalhes do



Conselho Municipal de Meio Ambiente de Iconha/ES

46 projeto e suas idealizações. Como referência, citou o município de
47 Cachoeiro de Itapemirim, onde há um sistema de coleta instalado ao longo
48 das margens do rio, servindo como exemplo para o modelo a ser
49 implementado em Iconha. Explicou que a apresentação desse projeto ao
50 COMMA se justifica por sua total relação com a preservação ambiental.
51 Informou, ainda, que o município de Piúma também demonstrou interesse
52 na execução da obra, visto que o esgoto tratado em Iconha resultaria em
53 águas mais limpas chegando ao seu território. Ressaltou a necessidade de
54 agilidade na execução do projeto e informou que o município já está em
55 busca de uma área para a implantação da primeira etapa da obra. Quando
56 questionado sobre a origem dos recursos financeiros, esclareceu que
57 estão em andamento tratativas com diversos órgãos, incluindo o Ministério
58 das Cidades, em Brasília. Considerando o alto custo para um município de
59 pequeno porte, foi sugerida a subdivisão do projeto em etapas, o que
60 possibilitará o andamento das obras à medida que os recursos forem
61 sendo disponibilizados. O valor estimado da obra gira em torno de R\$
62 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais). Contudo, após
63 negociações com uma empresa de engenharia, foi possível obter um
64 orçamento inicial de aproximadamente R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois
65 milhões de reais), o que reforça a viabilidade de iniciar os trabalhos por
66 etapas. A primeira consiste na construção de uma estação de tratamento
67 de grande porte, com capacidade para receber e processar o esgoto
68 oriundo das unidades já existentes. Por fim, o Sr. Tarciso Jesus Marin
69 compartilhou informações sobre os modelos de prestação de serviços de
70 água e esgoto adotados por outros municípios, destacando comparações
71 em termos de qualidade do serviço e tarifas aplicadas à população.
72 Informou, ainda, que está previsto um reajuste nas taxas de serviço no
73 município de Iconha a partir do mês de junho. O Sr. Miquéias de Oliveira
74 Brizon, ressaltando que não possui conhecimento técnico sobre o tema,
75 questionou se o projeto já foi ou será apresentado aos Deputados
76 Federais, considerando que se trata de uma obra de grande relevância
77 para os municípios envolvidos. Sugeriu que poderia haver apoio por parte
78 dos parlamentares. Em resposta, o Sr. Tarciso Jesus Marin explicou que,
79 atualmente, diversos municípios em todo o país estão em busca de
80 recursos para obras semelhantes, o que torna o processo competitivo.
81 Informou que, no momento, há intenção de iniciar as tratativas com os
82 Deputados Estaduais, buscando apoio mais próximo e direto.
83 Complementando, explicou que o Governo do Estado tem demonstrado
84 interesse na estadualização dos serviços de abastecimento, propondo a
85 conversão dos SAAEs em unidades da CESAN – Companhia Espírito-
86 santense de Saneamento –, vinculada diretamente ao Estado. Contudo,
87 destacou que, em Iconha, busca-se manter o SAAE como autarquia
88 municipal, sobretudo em razão da qualidade do serviço atualmente
89 prestado. Esclareceu, ainda, que, conforme previsto, o município deveria
90 repassar ao SAAE 3% de sua arrecadação, valor que nunca foi



Conselho Municipal de Meio Ambiente de Iconha/ES

91 efetivamente transferido. Fez questão de deixar claro que a atual gestão
92 municipal não é responsável por essa ausência de repasse, pois trata-se
93 de uma situação histórica. Diante disso, o SAAE tem se mantido com
94 recursos próprios, arcando com suas obrigações sem o apoio financeiro
95 previsto. O Sr. Marcelo Zucateli Cunha questionou qual seria o valor
96 necessário para a execução da primeira etapa da obra, quanto seria
97 suficiente para dar início e qual o local previsto para sua implantação. Em
98 resposta, o Sr. Tarciso Jesus Marin informou que o valor estimado
99 inicialmente é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais). No entanto,
100 após consulta com um engenheiro do próprio município, que já atuou em
101 obras semelhantes, foi apresentada uma estimativa reduzida de R\$
102 8.000.000,00 (oito milhões de reais) para a realização da primeira fase do
103 projeto. Quanto ao local de implantação, explicou que ainda está em fase
104 de avaliação, uma vez que é necessário que a área não apresente risco de
105 alagamento, mas que, ao mesmo tempo, esteja situada em ponto
106 estratégico e próximo à área urbana. Utilizando imagens do Google Earth,
107 apresentou aos conselheiros duas possíveis localizações: uma nas
108 proximidades da chamada “Fazenda Serrão” e outra nos fundos da
109 empresa “Carrocerias União”. No entanto, destacou que ambos os pontos
110 ainda estão em análise técnica. Aproveitando seu momento de fala, o Sr.
111 Tarciso Jesus Marin dirigiu-se ao Presidente do Conselho, que também
112 atua como Secretário Municipal de Meio Ambiente, para relatar uma
113 demanda recebida pelo SAAE. A questão envolvia uma residência que
114 teria conectado o esgoto doméstico diretamente a um bueiro de drenagem
115 pluvial, caracterizando uma irregularidade sobre a qual o SAAE não possui
116 competência para intervir. Diante da situação, foi esclarecido que a
117 responsabilidade pela fiscalização, notificação e eventual autuação cabe à
118 Secretaria Municipal de Obras, uma vez que o esgoto foi lançado em uma
119 rede pública de drenagem pluvial, não vinculada ao sistema de
120 esgotamento sanitário operado pelo SAAE. O Sr. Tarciso Jesus Marin
121 também compartilhou um caso ocorrido na comunidade de Bom Destino,
122 onde moradores reclamaram do mau cheiro causado pelo lançamento de
123 esgoto diretamente no rio. Ao verificar a situação, constatou-se que o
124 problema era decorrente dos próprios esgotos residenciais, que não
125 estavam devidamente conectados à rede de tratamento — mesmo está
126 passando em frente às residências. Na ocasião, o Sr. Tarciso Jesus Marin
127 orientou os moradores a realizarem as devidas ligações à rede existente, a
128 fim de eliminar os impactos ambientais e os transtornos gerados. O
129 Presidente questionou o Sr. Tarciso Jesus Marin se há facilidade no
130 atendimento às solicitações de ligação de esgoto das residências à rede de
131 coleta. Em resposta, o Sr. Tarciso Jesus Marin informou que sim, o
132 processo é simples: basta o morador solicitar a ligação, que é realizada
133 sem cobrança de taxa de instalação. Esclareceu ainda que, após a
134 conexão, o usuário passa a pagar normalmente sua fatura mensal de água
135 e esgoto, de forma proporcional ao consumo. **3 – Aprovação da ATA da**



Conselho Municipal de Meio Ambiente de Iconha/ES

136 **19ª Reunião Ordinário.** A plenária aprovou a mesma, que anteriormente
137 havia sido encaminhada para leitura por meio do aplicativo WhatsApp. **4 –**
138 **Prestação de contas do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA.** A
139 Sra. Martucha Mulinari apresentou o saldo atualizado do Fundo Municipal
140 de Meio Ambiente, no valor de R\$ 259.234,53 (duzentos e cinquenta e
141 nove mil, duzentos e trinta e quatro reais e cinquenta e três centavos),
142 referente ao dia 13 de maio do corrente ano. Informou que, até a presente
143 data, nenhum dos valores previamente aprovados foi debitado. Contudo,
144 destacou que, até o final da semana, está previsto o pagamento referente
145 ao tratamento do “Jorginho”, bem como das despesas da Semana do Meio
146 Ambiente. Na oportunidade, a Sra. Chirlene Guio Pereira questionou quais
147 seriam as possibilidades de utilização dos recursos do FMMA. Em
148 resposta, a Sra. Martucha explicou que qualquer proposta apresentada e
149 aprovada pelo Conselho pode ser submetida ao devido processo para
150 utilização dos recursos. E posterior aprovação, segue os trâmites de
151 contratação do setor de Licitações e Finanças. **5 – Resumo dos**
152 **processos da SEMMA em 2025, até a data da reunião.** A Sra. Martucha
153 Mulinari prosseguiu com a apresentação, informando que, até a presente
154 data, foram emitidas: 28 (vinte e oito) Declarações de Dispensa de
155 Licenciamento Ambiental; 02 (duas) Licenças Municipais Únicas – LMU; 05
156 (cinco) Licenças Municipais de Operação – LMO; 07 (sete) Licenças
157 Municipais Ambientais de Regularização – LMAR. Em seguida, relatou a
158 quantidade de denúncias registradas por meio da Ouvidoria Municipal,
159 destacando que este é o único canal oficial para que os munícipes
160 realizem denúncias no âmbito da administração municipal. Até o momento,
161 foram contabilizadas 22 (vinte e duas) denúncias. **6 – Pré-adesão ao 2º**
162 **ciclo Pet Feliz.** A Sra. Anna Julia Justi Molinari informou que, embora o
163 tema tenha sido comentado na última reunião, na ocasião ainda não havia
164 sido formalizada a pré-adesão ao **PetVida**, programa do Governo do
165 Estado que destina recursos voltados ao bem-estar animal. Explicou que a
166 pré-adesão consiste no envio de documentos e de um plano de trabalho,
167 os quais são analisados a fim de verificar se o município está apto a
168 participar do novo ciclo do programa. Acrescentou que, conforme o
169 calendário oficial, a lista dos municípios aprovados deverá ser divulgada
170 ainda nesta semana. Após essa etapa, os municípios selecionados
171 deverão encaminhar a documentação complementar necessária para que
172 o repasse dos recursos seja efetivado. Na sequência, a Sra. Martucha
173 Mulinari explicou ao plenário como é feita a divisão dos recursos entre os
174 municípios. Ressaltou que a base de cálculo é definida a partir dos dados
175 enviados pelos próprios municípios, especialmente os relativos ao setor de
176 zoonoses (como registros de vacinações), bem como informações
177 populacionais fornecidas pelo IBGE. Foi destacado, ainda, que o novo
178 Cadastro Nacional de Animais, em desenvolvimento pelo Governo Federal,
179 poderá futuramente influenciar essa base de cálculo, impactando
180 diretamente no valor dos repasses destinados a cada município. Diante



Conselho Municipal de Meio Ambiente de Iconha/ES

181 disso, foi solicitada a elaboração e o envio de um ofício ao Setor de
182 Zoonoses, requerendo informações detalhadas sobre as vacinações
183 realizadas no município, incluindo o calendário e a quantidade de doses
184 aplicadas nos últimos anos. Na oportunidade, foram também apresentados
185 aos conselheiros os números atualizados do Programa Municipal de
186 Castração. O Sr. Tarciso Jesus Marin trouxe à pauta a situação dos cães
187 em situação de rua, relatando que, por diversas vezes, foi questionado por
188 munícipes sobre quem seria o responsável pelo cuidado desses animais.
189 Em resposta, a Sra. Martucha Mulinari e a Sra. Anna Julia Justi Molinari
190 esclareceram que o município mantém um cadastro de Protetores
191 Independentes, responsáveis por prestar assistência a esses animais.
192 Informaram, ainda, a quantidade de protetores atualmente cadastrados e
193 reforçaram que o município, por norma, não realiza o recolhimento de
194 animais. No entanto, em parceria com os protetores cadastrados, são
195 realizadas ações como vacinação, vermifugação, castração, atendimento
196 de urgência e fornecimento de alimentação. Foi ressaltado também que
197 existe uma dificuldade de diálogo e de parceria com os chamados
198 "protetores da internet", que, até o presente momento, não buscaram
199 formalmente a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) para
200 solicitar apoio ou estabelecer cooperação. Reforçou-se que, para que o
201 município possa atuar, é necessário que os pedidos sigam os trâmites
202 legais e administrativos, com os devidos registros e formalizações exigidos
203 pela gestão pública. Ainda sobre o tema da Proteção Animal, o Presidente
204 relatou uma visita realizada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente
205 (SEAMA), acompanhado do conselheiro e também vereador municipal, Sr.
206 Marcelo Zucatelli Cunha. Na ocasião, foi discutida a situação dos casos de
207 acumuladores de animais no município e a possibilidade de firmar um novo
208 convênio, que permita uma atuação mais direta e efetiva nesses casos
209 específicos. **7 – Semana do Meio Ambiente 2025.** A Sra. Martucha
210 Mulinari fez a convocação geral para participação no evento da descida
211 ecológica, marcada para o dia 1º de junho (domingo), com saída às 7h,
212 antecedida por café da manhã no local. Mesmo aqueles que não
213 participarão da descida foram convidados a comparecer. Informou-se que
214 35 pessoas já estão inscritas e que é necessário que cada participante
215 possua embarcação própria, podendo ser caiaque, jangada ou similar. O
216 evento acontecerá mesmo em caso de chuva. O objetivo é promover a
217 conscientização ambiental de forma recreativa. Foi informado que, no dia 5
218 de junho (quinta-feira), será realizado evento na praça central do
219 município, com exposição durante todo o dia. Confirmadas as
220 participações da Secretaria de Agricultura, do SAAE e da SEMADES, além
221 de outros expositores do ano anterior. O Sr. Tarciso Jesus Marin discutiu a
222 possibilidade de apresentar no evento, o novo projeto de saneamento do
223 SAAE com apoio visual (maquete). Sugestões foram feitas para atrair o
224 público infantil, como distribuição de brindes. Além disso, destacou-se a
225 importância de criar uma apresentação visual atrativa para maior



Conselho Municipal de Meio Ambiente de Iconha/ES

226 engajamento da população. Na continuidade, como em anos anteriores,
227 serão realizadas palestras educativas nas escolas do município. A
228 SEMMA, neste ciclo, não ministrará as apresentações diretamente, mas
229 convidará palestrantes externos para compor as atividades, visando a
230 abordagem dos temas ambientais. O custo da Semana do Meio Ambiente
231 foi estimado em R\$11.600,00 (onze mil e seiscentos reais), mesmo com a
232 redução de despesas. As camisetas do evento custam R\$38,00 (trinta e
233 oito reais) por unidade. Diante da limitação orçamentária, o número de
234 camisetas foi reduzido, e somente os inscritos oficialmente receberão a
235 camiseta. Foi discutida a dificuldade de financiar a produção das camisetas
236 sem comprometer o restante do orçamento. Também se mencionou a
237 possibilidade de buscar fornecedores alternativos com menor custo para
238 futuras edições. Relatou-se que 26 (vinte e seis) empresas locais foram
239 contatadas para apoio ao evento. A legislação permite que estas
240 apresentem apoio financeiro ou institucional, conforme exigência da licença
241 ambiental. Foi mencionado o desafio de arrecadação, considerando a
242 burocracia e os trâmites administrativos para utilização dos fundos
243 públicos. **8 – Assuntos Gerais.** O Sr. Robson France Oza trouxe à pauta o
244 tema da coleta seletiva e coleta de lixo convencional, com destaque para a
245 necessidade urgente de ampliar a primeira e reduzir a segunda. A Sra.
246 Martucha Mulinari informou que um ofício foi encaminhado à Secretaria de
247 Obras solicitando dados sobre a coleta de resíduos, sem resposta até o
248 momento. Na continuidade, destacou-se há falta de estrutura visível no
249 município, como lixeiras públicas, ecopontos e equipamentos adequados
250 para o descarte seletivo. Ressaltou-se também a importância de dados
251 quantitativos para acompanhamento das metas e eficiência dos serviços
252 prestados. Foi defendido que os catadores e associações devem receber
253 apoio e visibilidade para o fortalecimento da coleta seletiva, inclusive com
254 mecanismos de incentivo financeiro, uma vez que muitas pessoas só se
255 engajam quando há benefícios econômicos diretos. Continuou ressaltando
256 a importância do apoio institucional à associação, não apenas por meio de
257 incentivos financeiros, mas principalmente com a disponibilização de mais
258 funcionários, melhorias estruturais no espaço de trabalho e na atualização
259 dos ecopontos. Foi destacado que muitos ecopontos se encontram
260 danificados ou com manutenção precária, o que prejudica diretamente a
261 eficiência da coleta seletiva e desmotiva a população quanto ao correto
262 descarte dos materiais recicláveis. A Sra. Chirlene Guio Pereira então,
263 enfatizou que a associação tem enfrentado dificuldades operacionais
264 devido ao número reduzido de colaboradores, impactando diretamente na
265 capacidade de coleta, triagem e destinação correta dos resíduos. Discutiu-
266 se a possibilidade de incentivar empresas de maior geração de resíduos,
267 como a mencionada "Jolivan", a realizar a entrega direta de seus
268 recicláveis à associação, uma vez que já há precedentes de empresas
269 locais que colaboram espontaneamente dessa forma. Avaliou-se ainda a
270 viabilidade de se criar, através do Poder Público, incentivos ou exigências



Conselho Municipal de Meio Ambiente de Iconha/ES

271 legais para que empresas com alvará de funcionamento passem a realizar
272 a destinação adequada de seus resíduos recicláveis, reduzindo assim a
273 sobrecarga operacional da coleta municipal. Destacou-se que os
274 associados não possuem vínculo empregatício formal e recebem por rateio
275 proporcional ao volume de material comercializado mensalmente, o que
276 acarreta instabilidade financeira e alta rotatividade de mão de obra,
277 comprometendo a continuidade e qualidade do serviço. Foi consenso entre
278 os presentes que, para o fortalecimento da coleta seletiva no município,
279 são necessárias ações conjuntas entre Poder Público, Secretaria de Meio
280 Ambiente, Secretaria de Serviços Públicos, associação e comunidade.
281 Entre as ações sugeridas estão: Reestruturação e manutenção dos
282 ecopontos; Ampliação do número de colaboradores na coleta seletiva;
283 Melhoria da educação ambiental nas escolas e comunidades;
284 Estreitamento do diálogo com grandes geradores de resíduos; Criação de
285 instrumentos legais que estimulem ou obriguem empresas a colaborarem
286 com a destinação adequada dos recicláveis. A Secretaria de Meio
287 Ambiente se comprometeu a acompanhar de perto essas demandas e
288 promover encontros técnicos com representantes da associação e das
289 demais secretarias envolvidas, buscando soluções viáveis e imediatas para
290 os problemas apontados. Em continuidade às discussões, foi debatida a
291 instabilidade financeira enfrentada pelos trabalhadores da associação,
292 sendo explicado que os rendimentos mensais são variáveis, uma vez que
293 dependem do volume de material comercializado. A Sra. Chirlene Guio
294 Pereira explicou que em meses de maior arrecadação, é possível dividir os
295 lucros de forma mais equitativa, garantindo um valor próximo ou superior
296 ao salário mínimo. Contudo, em períodos de baixa, não há garantia de
297 estabilidade financeira para os associados. Uma sugestão apresentada
298 durante a reunião foi a de implementar um modelo de remuneração que
299 garanta ao menos um salário mínimo fixo mensal aos trabalhadores,
300 realizando o rateio de lucros excedentes de forma trimestral ou semestral.
301 No entanto, foi pontuado que a associação não dispõe de capital fixo
302 suficiente para assegurar tal pagamento, principalmente em meses de
303 baixa arrecadação ou com queda na produtividade. Foi apontada também
304 a dificuldade operacional enfrentada atualmente, com carência de pessoal
305 suficiente para realizar a triagem, separação e prensagem do material
306 reciclável. Embora haja acúmulo de resíduos a serem processados, a
307 escassez de mão de obra impede o pleno funcionamento das atividades da
308 associação. Destacou-se a existência de planilhas de controle, horários de
309 entrada e saída dos colaboradores, volume de material coletado (em
310 toneladas) e dados de comercialização mensal. No entanto, observou-se
311 uma descontinuidade na fiscalização ao longo dos anos, ocasionada pela
312 troca constante de fiscais responsáveis, o que prejudicou a criação de um
313 histórico comparativo eficiente. Informou-se que foi solicitado, por meio de
314 relatório oficial, o levantamento de entrada e saída dos materiais referentes
315 aos últimos cinco anos, cujo envio está sendo providenciado junto à



Conselho Municipal de Meio Ambiente de Iconha/ES

316 contabilidade da associação. Mencionou-se, ainda, que em situações
317 anteriores, como auditoria realizada em 2020, houve dificuldades no
318 resgate de documentação física arquivada. A Secretaria de Meio Ambiente
319 enfatizou que as perguntas feitas durante a reunião têm por objetivo
320 compreender a situação atual da associação e propor soluções viáveis, e
321 não se configuram como cobranças punitivas. Foi informado que a
322 prefeitura atualmente repassa à associação o valor mensal de R\$
323 13.400,00 (treze mil e quatrocentos reais), destinado exclusivamente para
324 custeio de despesas fixas como aluguel, água, energia, contabilidade,
325 manutenção e combustível. Esse valor, contudo, não cobre folha de
326 pagamento, tampouco permite contratações com garantias trabalhistas.
327 Apontou-se como ponto crítico a vulnerabilidade jurídica da associação,
328 que opera atualmente com prestadores de serviço autônomos cadastrados
329 como Microempreendedores Individuais (MEIs), inclusive motoristas. O Sr.
330 Robson France Oza destacou que tal prática pode ser descaracterizada
331 juridicamente como vínculo empregatício, o que expõe a associação a
332 riscos trabalhistas, passíveis de comprometer financeiramente a entidade e
333 debateu-se também a incongruência entre a exigência contratual firmada
334 com o município e a estrutura operacional da associação. O contrato exige,
335 por exemplo, motorista com CNH categoria D contratado com encargos
336 trabalhistas cobertos pela associação, o que, de fato, não é cumprido,
337 devido às limitações de orçamento. A Sra. Chirlene Guio Pereira,
338 mencionou que a prefeitura chegou a disponibilizar motoristas para apoio à
339 coleta, mas que os horários e regimes de trabalho não eram compatíveis
340 com a rotina da associação, além da constante troca de motoristas
341 dificultar o cumprimento das rotas. A Sra. Martucha Mulinari acrescentou
342 que a natureza jurídica da associação e sua finalidade institucional,
343 considerando que, sendo uma associação de catadores, as atividades
344 operacionais de separação e triagem deveriam ser executadas por
345 associados. Funções administrativas e de apoio, como motorista,
346 poderiam, entretanto, ser contratadas formalmente. Foi sugerido, então,
347 que a associação realize uma reavaliação de seu modelo de
348 funcionamento, com vistas à reformulação do regime de trabalho, estrutura
349 de contratação e modelo de remuneração, buscando garantir maior
350 atratividade, estabilidade e segurança jurídica nas relações com os
351 trabalhadores. Concluiu-se que, embora o modelo vigente tenha
352 funcionado até aqui, as mudanças no cenário econômico e nas exigências
353 legais demandam uma revisão organizacional mais profunda. A Secretaria
354 de Meio Ambiente se colocou à disposição para contribuir com o processo
355 de reestruturação, oferecendo apoio técnico e institucional na busca de
356 soluções sustentáveis para a continuidade e expansão do serviço de coleta
357 seletiva no município. Dando continuidade à reunião, diversos
358 apontamentos importantes foram feitos quanto à gestão da associação e
359 suas dificuldades operacionais, financeiras e logísticas. A representante
360 destacou que, apesar dos esforços para manter a triagem e prensagem



Conselho Municipal de Meio Ambiente de Iconha/ES

361 dos materiais recicláveis, a estrutura atual é insuficiente, seja por falta de
362 pessoal ou equipamentos em funcionamento contínuo. Foi relatado que,
363 em vários momentos, é necessário remanejar pessoal da triagem para
364 descarregamento de caminhões, o que compromete o processo produtivo.
365 Ainda, há maquinário parado devido à ausência de operadores, o que
366 demonstra uma defasagem entre a quantidade de trabalhadores
367 disponíveis e a demanda de trabalho. Foi debatida a importância de um
368 plano de produção e logística, que ainda não existe formalmente, e como
369 isso impacta diretamente na eficiência do trabalho. Sra. Martucha Mulinari
370 destacou que a intenção do TAC, assinado em 2013, sempre foi garantir
371 que a associação atingisse sua autonomia financeira e administrativa.
372 Contudo, os desafios são grandes, principalmente devido à oscilação de
373 receita e à instabilidade nos valores de venda dos materiais recicláveis. Foi
374 pontuado que o fundo de reserva de 10% (dez por cento) sobre todas as
375 receitas da associação nem sempre consegue ser mantido, devido a
376 quedas nos preços de materiais e imprevistos como quebras de
377 maquinário e despesas com veículos. A associação, apesar disso, tenta
378 cumprir com o que está estipulado no seu regimento interno. Ainda, foi
379 discutida a necessidade de reavaliação do contrato com a prefeitura,
380 considerando que a coleta já ultrapassa, em alguns períodos, as 10 (dez)
381 toneladas previstas. Questionou-se a metodologia de cálculo das toneladas
382 coletadas e vendidas, além da transparência na apresentação dos dados
383 — sendo solicitada a inclusão dos números detalhados nas prestações de
384 contas, como: quantidade coletada, quantidade efetivamente vendida,
385 valores arrecadados e descartes. Também foi mencionada a importância
386 de se revisar o modelo atual de contrato e o incentivo por tonelada
387 coletada e destinada corretamente, como já ocorreu em anos anteriores. A
388 representante da associação destacou que, apesar dos esforços, a
389 rotatividade de funcionários, a ausência de estabilidade financeira e o
390 desgaste físico do trabalho dificultam a permanência dos trabalhadores.
391 Relatou-se ainda o problema recorrente de descarte irregular de materiais
392 (madeiras, pneus, restos de obras) em frente à associação, o que tem
393 gerado acúmulo de resíduos não recicláveis. Foi sugerida a instalação de
394 câmeras de monitoramento no local, bem como ações de fiscalização mais
395 rigorosas e campanhas educativas para a população sobre descarte
396 correto. Por fim, discutiu-se a necessidade de fomentar a criação de novos
397 ecopontos em pontos estratégicos da cidade, com apoio da iniciativa
398 privada e incentivos legislativos. Foi proposto buscar parcerias com
399 empresas locais e apoio do poder público para aquisição de contêineres e
400 estruturação desses pontos de coleta. A reunião foi encerrada, com
401 agradecimentos a todos os presentes e o compromisso de dar
402 continuidade às tratativas para solução dos problemas expostos. Nada
403 mais havendo a tratar, eu, Anna Julia Justi Molinari, Secretária Executiva
404 deste conselho, lavrei a presente ata, que vai devidamente assinada por



Conselho Municipal de Meio Ambiente de Iconha/ES

405 mim, e pelo Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente de
406 Iconha, Sr. Davi Adami Monteiro de Castro.

Anna Julia Justi Molinari
Secretária Executiva do COMMA - Iconha

Davi Adami Monteiro de Castro
Presidente do COMMA - Iconha